

Jus Scriptum

GÊNERO E JUSTIÇA: PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES ANALÍTICOS DO GRUPO DE PESQUISA

PREFÁCIO

Isabel Graes

ARTIGOS

O reconhecimento do trabalho invisível como instrumento para efetivação da igualdade de gênero: reflexos contemporâneos da divisão sexual do trabalho

Recognition of invisible work as an instrument for effectiveness of gender equality: contemporary reflections of the sexual division of labor
Camila Franco Henriques

"Lésbica futurista, sapatona convicta": diálogos (im)possíveis entre feminismo lésbico e heterossexualidade compulsória
"Futuristic lesbian, convicted dyke": (im)possible dialogues between lesbian feminism and compulsory heterosexuality
Camila Lamartine

Primeira onda feminista brasileira e a luta pelo sufrágio
First brazilian feminist wave and the fight for suffrage
Glauciany Barbosa de Assunção

A violência contra a mulher nas medias sociais: a partilha de imagens de teor sexual
Violence against women in social media: sharing images of sexual content
Carolina Antunes e Mileny Silva



jusscriptum.pt

REVISTA JURÍDICA NÚCLEO DE ESTUDO LUSO-BRASILEIRO FACULDADE DE DIREITO DA ULISBOA

Ano 17 • Edição Especial
Gênero e Justiça:
perspectivas interdisciplinares
analíticos do grupo de pesquisa
2022 • Lisboa – Portugal

Diretor da Revista – Editor-In-Chief

Cláudio Cardona

Conselho Editorial – Editorial Board

Leandra Freitas, Presidente do NELB

Cláudio Cardona, Diretor da JusScriptum

Paulo Rodrigues, Diretor Científico do NELB

Iago Leal, Diretor Científico do NELB

Thiago Santos Rocha, Observador Externo

Conselho Científico – Scientific Advisory Board

Ana Rita Gil

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

André Saddy

Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense

Eduardo Vera-Cruz Pinto

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Edvaldo Brito

Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia

Fernanda Martins

Universidade do Vale do Itajaí

Francisco Rezek

Francisco Resek Sociedade de Advogados

Janaina Matida

Faculdade de Direito da Universidade Alberto Hurtado

Lilian Márcia Balmant Emerique

Faculdade Nacional de Direito - UFRJ

Luciana Costa da Fonseca

Faculdade de Direito da UFPA e do CESUPA

Maria Cristina Carmignani

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Maria João Estorninho

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Paula Rosado Pereira

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Paula Vaz Freire

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Pedro Romano Martinez

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Rute Saraiva

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Sergio Torres Teixeira

Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco

Susana Antas Videira

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Corpo de Avaliadores – Review Board

Anjuli Tostes Faria Melo

Camila Franco Henriques

Carla Valério

Eduardo Alvares de Oliveira

Francine Pinto da Silva Joseph

Isaac Kofi Medeiros

J. Eduardo Amorim

José Antonio Cordeiro de Oliveira

Leonardo Bruno Pereira de Moraes

Leonardo Castro de Bone

Marcelo Ribeiro de Oliveira

Marcial Duarte de Sá Filho

Maria Vitoria Galvan Momo

Plínio Régis Baima de Almeida

Rafael Vasconcellos de Araújo Pereira

Rafaela Câmara Silva

Renato Sedano Onofre Silvia Gabriel

Teixeira

Thais Cirne

Vânia dos Santos Simões

Jus
Scriptum

NELB
Núcleo de Estudo
Luso-Brasileiro

FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

NELB – Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro

Fundado em 07/06/2001

Diretoria do Biênio 2021/22

DIREÇÃO GERAL

Diretoria Executiva

Leandra Freitas, Presidente de Direção;
Dra. Joice Bernardo, Secretária Executiva;
Dr. Rodrigo David, Tesoureiro;

Secretarias especiais da Presidência:

Dra. Camila Henriques, Secretária Especial
de administração de Conflitos e Apoio à Diversidade
(SEACAD)

Mylla Purcinelli, Secretária Especial de Licen-
ciatura (SEL)

Dr. Caio Brillhante, Secretário Especial do Meio
Ambiente (SEMA)

Dr. Filipe Vigo, Secretário Especial de Mestrados,
Doutoramentos e Empregabilidade (SEMDE)

Assessores da Secretaria Executiva:

Dra. Mariana Harz
Dra. Ana Paula Afonso

Diretoria Científica

Iago Leal, Diretor

Dr. Paulo Rodrigues, Diretor

João Villalça, Adjunto

Dr. Matheus Spegiorin, Adjunto

Theodora Simões, Adjunta

Dr. Cláudio Cardona, Diretor da Revista Jus
Scriptum

Dr. Thiago Santos Rocha, Observador Externo
do Conselho Editorial

Diretoria de Eventos

Dra. Thainara Nascimento, Diretora

Dra. Bruna Xavier, Assessora

Dra. Maria Melo, Assessora

Dra. Carolina Xavier, Assessora

Dra. Renata Pêres, Assessora

Diretoria de Comunicação

Dra. Leticia Bittencourt, Diretora

Victor Gabriel, Diretor

Mylla Pucelli, Adjunta

Daniel Rosa, Adjunto

Rafaela Mascaro, Adjunto

Paula Lourenço, Assessora-secretária

Bruna Lebre, Assessora

Lara Calvo, Assessora

Diretoria de Apoio Pedagógico

Dra. Flávia Dias, Diretora

Dra. Júlia Ronconi Costa, Adjunta

Dra. Larissa Lopes Matta, Assessora

Dra. Mariana Miranda, Assessora

Eric Alejandro, Assessor

Dra. Brunna Mendes, Assessora

Colaboradores da Direção Geral

Dra. Gabriele Lima

ASSEMBLEIA GERAL

André Brito, Presidente

Dra. Joice Bernardo, Primeira-Secretária

Dra. Rebeca Rossato, Segunda-Secretária

CONSELHO DE PRESIDENTES

Dr. Claudio Cardona, Presidente

André Brito

Dra. Elizabeth Lima

CONSELHO FISCAL

Jefferson Nicolau, Presidente

Maria Eduarda Ribeiro, Vogal

Dra. Rebeca Rossato, Vogal

nelb.pt



PRIMEIRA ONDA FEMINISTA BRASILEIRA E A LUTA PELO SUFRÁGIO

FIRST BRAZILIAN FEMINIST WAVE AND THE FIGHT FOR SUFFRAGE

Glauciany Barbosa de Assunção¹

Este trabalho objetiva realizar uma análise sobre a dinâmica da Primeira Onda Feminista do Brasil em busca da conquista do sufrágio ao longo das três primeiras décadas do século XX na então capital do país. Através de uma abordagem observacional, do entendimento do interacionismo simbólico e considerando o conceito de gênero como categoria de análise histórica, será promovido um resgate de memória sobre importantes nomes para a construção da consciência feminista brasileira. Este olhar em busca das feministas sufragistas do passado carioca será lançado sobre uma bibliografia rica e sobre importantes revistas que circularam na cidade na época. Tendo como conclusões o pluralismo do movimento, podendo ser entendido, de forma simplificada, a partir de uma polarização de ideologias; a importância dos periódicos como agentes modificadores da mentalidade da sociedade; as estratégias adotadas pelas organizações feministas em busca de representatividade e voz. Palavras-chave: Feminismo; sufrágio; cidadania; direito; periódicos; Rio de Janeiro.

This aims to carry out an analysis of the dynamics of the First Feminist Wave in Brazil in search of the conquest of suffrage over the first three decades of the twentieth century in the then capital of the country. Through an observational approach, understanding of symbolic interactionism and considering the concept of gender as a category of historical analysis, a memory rescue will be promoted on important names for the construction of Brazilian feminist consciousness. This look in search of the suffragette feminists of the Carioca past will be launched on a rich bibliography and on important magazines that circulated in the city at the time in question. Having as conclusions the pluralism of the movement, which can be understood, in a simplified way, from a polarization of ideologies; the importance of periodicals as modifiers of the mentality of the society in question; the strategies adopted by feminist organizations in search of representation and voice. Keywords: Feminism; suffrage; citizenship; right; periodicals; Rio de Janeiro.

¹ Bacharel e Licenciada em História pela UFRJ. Pós graduada em História e Cultura no Brasil pela Universidade Estácio de Sá. Mestre em Estudo sobre as Mulheres. Mulheres na Sociedade e na Cultura pela Universidade Nova de Lisboa. Contato: glauasumcao@gmail.com

1. Introdução

O presente trabalho é iniciado a partir do questionamento sobre a importância do acesso ao sufrágio como garantia de cidadania e dignidade da pessoa humana dentro de uma democracia. Este questionamento se faz necessário a partir do entendimento do sistema plenamente democrático como base fundamental para o exercício de uma política efetiva de direitos humanos. Entretanto, as nações democráticas não surgiram com bases ideológicas de igualdade de direitos e, ao longo da caminhada rumo à democracia absoluta, houve momentos de muitas injustiças para muitos grupos sociais, dentre os diversos casos, será observado o das mulheres brasileiras.

Segundo Constância Lima Duarte² uma das derrotas do feminismo foi ter permitido que as novas gerações desconheçam a história de lutas de suas antepassadas para se aproximarem de um relacionamento justo entre os gêneros. Isto fica claro se pararmos para pensar nos manuais de História do Brasil que já passaram em nossas mãos ao longo da vida escolar, quantos destes ressaltaram o movimento feminista em algum momento da história do país? As responsáveis pela conquista de *status* de cidadã para a mulher brasileira foram esquecidas e, conseqüentemente, as novas gerações têm o pensamento enganoso de que o feminismo é desnecessário e que as leis sempre ampararam com igualdade homens e mulheres. Assim, perpetua-se um vazio de passado, as mulheres permanecem sem história e não constroem uma me-

2 DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, s/p.

mória e nem uma cultura de luta por seus direitos.

O que se pretende, portanto, com esta pesquisa é responder como se deu a dinâmica da Primeira Onda Feminista do Brasil, ao longo das três primeiras décadas do século XX, e o processo de lutas pelo direito ao sufrágio igual. Estabelecendo como objetivo principal o resgate de memória de alguns nomes que foram importantes na construção de uma consciência crítica e política entre as mulheres deste país, bem como suas formas de organização e de protesto a partir da análise da historiografia e das publicações da imprensa da então capital do país, o Rio de Janeiro, através do método observacional e a partir do entendimento do interacionismo simbólico.

Este olhar em busca das feministas sufragistas do passado carioca será lançado sobre uma bibliografia rica, apesar de reduzida, bem como sobre importantes revistas que circularam na cidade na época em questão, a saber: *Revista da Semana*, *Revista Feminina*, *Para Todos* e *O Malho*, todas presentes no acervo digital *on-line* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro³. A escolha desses periódicos passou pelos seguintes critérios: grande circulação na capital, importância na formação da opinião pública e longevidade de publicação que cobrisse, pelo menos, o período analisado pela pesquisa ora proposta.

Considerando também dados históricos sobre a fragmentação do movimento sufragista brasileiro, será analisada a razão pela qual não houve unificação, procurando compreender as ideologias que separavam essas militantes que possuíam o mesmo objetivo. Assim como buscaremos iden-

3 <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

tificar quais eram as principais organizações atuantes neste sentido na capital do país, quais eram as estratégias dessas mulheres para ganharem voz na sociedade e quais foram os principais nomes de liderança.

Trabalhar as revistas como fonte é algo muito interessante, pois, ao contrário dos livros, as revistas não eram feitas para durar gerações e possuíam enorme circulação nas cidades, tendo grande influência através da disseminação de formas simbólicas repletas de padrões e signos estabelecidos pela cultura de um dado recorte de tempo. Enquanto retrato fresco e imediato, refletindo a vida cotidiana, as revistas tiveram uma capacidade de intervenção bem mais direta e eficaz na cultura popular⁴, possibilitando ao pesquisador a captação de traços morais, políticos, económicos, éticos e estéticos do passado. E, principalmente no caso do Rio de Janeiro, as primeiras revistas ilustradas atuaram como verdadeiros catálogos de valores⁵.

A importância deste aspeto social consiste no facto de que, segundo o sociólogo John B. Thompson⁶, a comunicação de massa interfere ativamente nas relações sociais e na manutenção de diferentes relações de poder – neste caso a relação assimétrica de poder entre os géneros. E é através desse meio que ocorre a difusão de sentidos que causam impacto no recetor efetuando resultados práticos de novas relações sociais, novas maneiras de agir e interagir, novas

4 VELLOSO, Monica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: LINS, V.; OLIVEIRA, C.; VELLOSO, M. P. O moderno em revista. Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, pp. 43-44.

5 MAUAD, Ana Maria. Flagrantes e instantâneos: fotografia de imprensa e o jeito de ser carioca na Belle Époque. In: LOPES, António Herculano (org.). Entre Europa e África. A invenção do carioca. Rio de Janeiro: Topbooks/ FCRB, 2000, p. 269.

6 THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 16.

maneiras de se expressar e de responder às expressões de outros, uma mudança de comportamento do indivíduo em sociedade.

A pesquisa das publicações dos títulos escolhidos foi desenvolvida através da ferramenta oferecida pelo próprio *website* da Hemeroteca Digital, onde é possível realizar buscas por palavras-chave. Portanto, foram usadas as seguintes palavras-chave para filtrar os textos que poderiam ter conteúdo interessante para o desenvolvimento deste trabalho: mulher; feminismo; emancipação feminina; sufrágio feminino; voto feminino. Após identificar os textos possuidores de alguma destas palavras-chave, foram realizadas leituras atentas de cada um deles.

Para nortear teoricamente a análise das questões sobre as manutenções e as rupturas das relações de poder entre os papéis sociais masculinos e femininos, utilizarei o conceito de gênero como categoria de análise histórica de Joan Scott⁷. Nesta linha teórica, é imprescindível haver um questionamento profundo sobre os métodos de análise, elaborando novas perguntas e buscando novos pressupostos para a consideração da mulher na História, pois homens e mulheres ocupam posições sociais diferentes, não podendo ser olhados num mesmo prisma conceptual. Entretanto, o passado feminino não deve ser estudado de maneira isolada, apartado de seu cenário histórico. Por isso, considerando o poder social num sentido foucaultiano⁸, onde percebem-se diferentes focos de poder que geram relações assimétricas,

7 SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Avila. New York, Columbia University Press. 1989, p. 3.

8 SCOTT, Joan. op. cit. p. 3.

serão observadas as diferentes forças que criaram barreiras separando as mulheres brasileiras dos direitos políticos.

E, para que se entenda amplamente o que afetava as mulheres brasileiras e quais eram as suas formas de aceitação, reação ou resistência, é imperativo compreender o contexto em que viveram no início do século passado. O ser feminino é essencialmente um dos muitos elementos na complexa estrutura da sociedade, onde o todo e as partes são interdependentes, de tal forma que qualquer modificação que ocorra a um dos elementos tem impacto nos outros e na estrutura social.

2. Compreendendo o contexto

Os últimos anos do século XIX e o início do século XX foram tempos emblemáticos para os avanços científicos e tecnológicos, mudanças políticas e econômicas em muitos países, o que produziu transformações aceleradas nos cenários urbanos e, conseqüentemente, isto refletiu-se intensamente no comportamento de homens e mulheres das grandes cidades⁹. O Brasil também atravessou as suas transformações sintetizadas principalmente na sua então capital, o Rio de Janeiro. Nessa viragem de século, do XIX para o XX, o Brasil atravessava um momento conturbado com o fim do sistema escravocrata, no ano de 1888, e de transição política de Estado Imperial para República em 1889. Estes dois eventos afetaram profundamente a sociedade, pois modificaram instituições que eram sustentáculos da economia e da polí-

⁹ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio de Janeiro. In: NOVAIS, F. A. (coord.); SEVCENKO, N. (org.). História da vida privada no Brasil. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 514.

tica, além de alterar as dinâmicas sociais e formatações das grandes cidades.

O Rio de Janeiro atravessou todas essas turbulências políticas, econômicas e ideológicas, mas faltava-lhe, como capital de uma república, os ares de metrópole moderna estabelecidos pelos padrões internacionais. Essa adequação parecia algo difícil com todos os problemas estruturais, inclusive sanitários, que a cidade possuía. No entanto, a reforma urbana e o saneamento do centro da cidade carioca foram realizados na gestão do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) que conseguiu poderes quase ditatoriais para o engenheiro Pereira Passos, nomeado prefeito, e para o médico Oswaldo Cruz, diretor do Serviço de Saúde Pública¹⁰.

A reforma iniciou-se nas ruas e invadiu os espaços privados, demolindo ou exigindo adequação às moradias identificadas como insalubres, além de deitar abaixo inúmeros imóveis para dar lugar a construções mais modernas ou para o alargamento da Avenida Central, principal via da cidade e que se tornou o maior símbolo de modernização. Extinguiu determinadas atividades consideradas como prejudiciais para a saúde pública ou por questão estética¹¹. Assim, a reforma da cidade também tinha como objetivo e consequência a segregação social, impondo o afastamento dos pobres e/ou negros do espaço que estava sendo modernizado pela e para as elites.

A modernização do espaço geográfico refletiu-se no comportamento de seus moradores. Os cariocas da região central da cidade, cercados de novos espaços de convivência,

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 93.

¹¹ MAUAD, Ana Maria. op. cit. pp. 272-273.

foram impulsionados a hábitos importados. Cafés, confeitarias, cinemas, livrarias e a própria Avenida Central, inaugurada em 1905, travestida de boulevard parisiense, convidava os cidadãos a uma nova prática: o *footing*¹².

Dessa forma, as elites trocaram a vida fechada e isolada das grandes casas de fazenda na zona rural e dos pequenos núcleos urbanos das cidades do interior pelas novas práticas de lazer em um espaço que se apresentava como signo de um novo código de representação social. Mais do que obras de engenharia e intervenção médico-sanitária, o que pôde ser visto no Rio de Janeiro no início do século XX foi o nascimento de um novo estilo de vida¹³.

3. As mulheres e a sociedade

Apesar de serem novas as práticas de lazer e socialização na cidade reformada, não era nada novo observar a presença masculina no espaço público, afinal, esse sempre foi o espaço legítimo da sua atuação. O que realmente impactou os conservadores da época foi a presença das mulheres da elite social nesse espaço. No entanto, as mulheres pobres, que na maioria dos casos tinham a responsabilidade do sustento da casa, sempre circularam pela cidade em busca de trabalho e do que fosse preciso para a provisão material de suas famílias¹⁴. Por isso, foi a presença das mulheres desacompanhadas, pertencentes às famílias ricas e de classe média, que surgiu como algo inédito nas ruas cariocas e incomodou os

12 SEVCENKO, Nicolau. op. cit. pp. 545-546.

13 MAUAD, Ana Maria. op. cit. pp. 274.

14 SOIHET, Rachel. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Brandão (org). Mulher, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001, p. 103.

olhos dos mais conservadores¹⁵.

O estranhamento causado pela presença feminina no espaço público é explicável através da cultura patriarcal e da herança moral religiosa do Império que ainda regulava o pensamento de muitos nessa sociedade, ao ponto de ter sido publicado, em 1920, um artigo intitulado: “Rumo à cosinha”, no qual o autor declarava ser um perigo para a família os novos hábitos de lazer que as mulheres passaram a ter fora de casa¹⁶. Houve, portanto, um grande choque moral a partir do momento em que as mulheres de famílias ricas e tradicionais passaram a ter o hábito de se encontrarem em casas de chá e teatros. Não demorou para que elas também passeassem de automóvel pela cidade e frequentassem cinemas, ficando expostas às imagens estrangeiras de novas atitudes para mulheres¹⁷, o que refletia-se diretamente em seus comportamentos.

A visão conservadora impregnada pela cultural patriarcal e moral religiosa colocava o sexo feminino como propriedade do pai a ser passada imaculada à autoridade do marido através do casamento cristão, monogâmico e indissolúvel¹⁸. Uma vez casada, a mulher era colocada num altar sustentado sobre um tripé de papéis a serem desempenhados por ela: mãe, esposa e dona de casa, coroando-a como “rainha do lar”¹⁹, numa posição santificada dentro do espaço doméstico, porém em completa subordinação, amparada por lei e pelos costumes, ao marido.

15 MALUF, Marina; MOTT, Maria Lucia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 368.

16 Rumo à cosinha. Revista Feminina, agosto de 1920, n. 75, p.18.

17 HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 90.

18 SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013, s/p.

19 DEL PRIORE, Mary. Histórias e conversas de mulher. São Paulo: Planeta, 2013, s/p.

A subordinação feminina ao seu cônjuge estava prevista no Código Civil de 1916 que sacramentava a inferioridade da mulher casada. Ao homem, chefe da sociedade conjugal, cabia a representação legal da família, a administração dos bens comuns do casal e dos particulares da esposa segundo o regime matrimonial adotado. A esposa foi, ainda, declarada relativamente inabilitada para o exercício de determinados atos civis. Os costumes da época, porém, revelam que o poder do marido extrapolava a lei, visto que o uso da violência, considerada legítima e cujos limites eram debilmente contornados por aquilo que se considerava excessivo, era frequentemente aplicado, sendo considerado constrangedor apenas perante outros da elite, mas sem pudor algum perante os empregados²⁰.

Apesar do espaço privado exercer tamanha dominação sobre as mulheres, para muitas o caminho da casa para a esfera pública foi um caminho sem volta. O século XX abriu não só o espaço público, mas também o acesso à informação, lazer e consumo para as mulheres das camadas médias e altas da sociedade carioca²¹. Muitas lutaram contra o preconceito e alcançaram o prestígio de um diploma universitário, apesar do senso comum patriarcal ainda se colocar firmemente contra a instrução feminina e as mudanças de comportamento que daí pudessem advir.

Ainda pairava sobre a sociedade dessa época a crença de que os homens deveriam receber uma educação que os preparasse para o mundo das profissões e às mulheres bastava a “educação da agulha”, saber se comportar e atuar

20 MALUF, Marina; Mott, Maria Lúcia. op. cit. p. 375.

21 DEL PRIORE, Mary. op. cit. s/p.

dentro de casa, numa dedicação integral à família²². Apenas raparigas pobres tinham o aval dessa sociedade para ganhar o espaço público, estando libertadas desse preconceito para poderem trabalhar nas fábricas, no comércio e na prestação de serviços domésticos²³ servindo ao mesmo homem que queria sua esposa e filhas em gaiola dourada.

Os elementos que compõem esse contexto social são contraditórios, porém esclarecem a origem e a manutenção da submissão das mulheres, corroborando o pensamento sobre a singularidade dos seus laços e cooperação com seu próprio opressor²⁴. Assim, apesar de ter sido um recorte cronológico marcado pela conquista de liberdades e direitos, as mulheres permaneceram sob um julgo misógino, pois esse tipo de pensamento estava arraigado na mentalidade de diferentes gerações desta sociedade e se encontrava fortemente alicerçado no que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa²⁵.

4. Associações, ideologias e os direitos políticos femininos

A política era um fruto do conhecimento proibido às mulheres. O texto final da Constituição de 1891 não concedia claramente às mulheres o direito de votar, mas também não as impedia. Referia-se aos eleitores como “cidadãos” e na definição deste termo não havia nenhuma restrição ao sexo feminino. Por isso, cabia o questionamento: mera universa-

22 DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX – Dicionário Ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, s/p.

23 DUARTE, Constância Lima. *op. cit.* s/p.

24 BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo. Fatos e mitos*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p.13.

25 MALUF, Marina; Mott, Maria Lúcia. *op. cit.* p. 374.

lidade do termo masculino, ou clara referência aos homens, sexo com o monopólio da cidadania? Apesar da ausência de uma definição clara da condição das mulheres na lei, as juntas de alistamento eleitoral interpretaram, na maior parte dos casos, literalmente a palavra “cidadão” contida na Carta, o que não impediu que as mulheres protocolassem pedidos de alistamento eleitoral desde a Proclamação da República até 1932, ano de aprovação do sufrágio feminino. Protocolar pedidos de alistamento em cartórios eleitorais era uma forma comum de manifestar-se politicamente no Brasil e em todos os países que experimentaram campanhas pelo sufrágio feminino²⁶.

A questão do sufrágio estar fora do alcance das brasileiras era algo que atravessava a esfera dos direitos políticos e invadia outros âmbitos da vida das mulheres, principalmente as diplomadas que tentavam a inserção no serviço público, causando sérios entraves. Em 1911, por exemplo, a inscrição de duas candidatas num concurso para o cargo de químico no Laboratório Nacional de Análises causou a revolta de um dos candidatos, que explicou seu posicionamento alegando que o concurso estava aberto aos cidadãos brasileiros, e só poderiam ser considerados como cidadãos aqueles que se encontravam em pleno gozo dos seus direitos políticos. Logo, como as mulheres ainda não tinham o direito de votar e de serem votadas, não poderiam ser consideradas cidadãs e nem poderiam ser aceitas neste concurso ²⁷.

26 MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. O voto feminino no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019, s/p.

27 MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Bertha Lutz. Série perfis parlamenta-

Casos como esse lançaram uma lente de aumento sobre a importância da formação de uma consciência feminista direcionada para organização de mulheres com práticas que gerassem uma nova significação do papel feminino na sociedade, pois elas não queriam mais ser o “Outro”, elas almejavam igualdade. E foram muitas as vozes femininas que entoaram publicamente um brado de inconformismo contra a maneira depreciativa como eram vistas e se viam, sobretudo contra a representação social que lhes restringia tanto as atividades econômicas quanto políticas²⁸. Uma das principais dessas vozes pertenceu à Bertha Lutz.

Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), uma das mais importantes líderes feministas cariocas, fez do uso da escrita para jornais e revistas uma de suas principais armas na luta pela conscientização das mulheres sobre os direitos, espaços e liberdades a serem conquistados por elas no Brasil do início do século XX. Feminista, autodeclarada sufragista, Bertha adquiriu o seu diploma universitário na Sorbonne, França, no ano de 1918 e logo depois voltou ao Brasil. Assim que chegou ao seu país, Lutz percebeu que o tratamento dispensado às mulheres brasileiras era completamente diferente do tratamento dado às europeias dos grandes centros²⁹, que tinham conseguido um melhoramento de *status* social após a Primeira Guerra Mundial, quando foi necessária a entrada feminina para os postos de trabalho esvaziados pelos homens em esforço de guerra e, por isso,

res. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016, s/p.

28 MALUF, Marina; Mott, Maria Lúcia. op. cit. p. 371.

29 MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. op. cit. s/p.

deram um passo em direção à emancipação feminina.

Em dezembro de 1918, Lutz escreveu uma carta para *Revista da Semana* em resposta a um artigo publicado anteriormente, no qual havia a celebração da conquista ao voto (parcial) das inglesas e também lamentava o facto de que os últimos progressos feministas estrangeiros exercessem tão pouca influência nas vidas das mulheres brasileiras. Nesta carta, Lutz lamentou a infantilização das brasileiras pelos seus compatriotas masculinos e a falta de respeito com que eram tratadas, principalmente na capital. Também declarou a importância da educação no processo de emancipação feminina e aproveitou a oportunidade para convocar as brasileiras a organizarem-se em prol de seus direitos, porém deixando claro o seu posicionamento pacífico, afastando-se do perfil agressivo das *suffragettes*³⁰.

Em 1920, Lutz e a professora e escritora mineira Maria Lacerda de Moura (1887-1945) uniram-se para fundar a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM), que consistia em um grupo para estudar diferentes aspetos dos movimentos feministas e com objetivo principal de batalhar pela igualdade de direitos entre homens e mulheres³¹. Nessa organização, Lutz exerceu intensamente as suas qualidades políticas através de crônicas escritas para jornais e revistas do Rio de Janeiro, onde falava sobre a agenda de sua nova organização, baseada nas demandas femininas por direitos³².

30 Cartas de Mulher. Revista da Semana, 28 de dezembro de 1918, n. 47. p.19.

31 TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios. São Paulo: Editora Alameda, 2017, s/p.

32 LOBO, Yolanda. Bertha Lutz. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Mas-

Formado por mulheres de classe média e alta escolaridade, alguns dos principais nomes femininos da alta sociedade carioca faziam parte da LEIM. Portanto, o que fica claro é que Bertha Lutz passou a associar-se a mulheres com boas ligações políticas e sobrenomes ilustres³³ para garantir apoio de diferentes centros de poder, sem priorizar a questão da representatividade das mulheres que acumulavam sobre si maiores opressões dentro da sociedade, ou seja, mulheres negras e/ou pobres.

Enquanto os direitos políticos das mulheres tornavam-se a principal preocupação da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, Moura tinha outros planos para a entidade. A professora defendia que a LEIM não se restringisse à questão do sufrágio e que se focasse na educação e consequente emancipação feminina. Ela desejava ir além do limitado campo de atividades feministas anteriores, planejava recrutar um pequeno exército de propagandistas da educação racional e científica para as mulheres, pois, segundo a sua opinião, somente assim seria alcançada uma perfeita emancipação intelectual³⁴.

A aliança entre Moura e Lutz não durou muito tempo, pois o espírito radical e anarquista de Moura a fez entrar em desacordo com sua parceira. Lutz optava por um feminismo estrategicamente conservador, com um discurso no qual preferia enfatizar a importância do lar e estimular a dignidade da mulher na sociedade conjugal³⁵ para, assim, manter o diálogo com

sangana, 2010, s/p.

33 MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. op. cit. s/p.

34 HAHNER, June E. op. cit. p.102.

35 SEMIRAMIS, Cynthia. A reforma sufragista. Origem da igualdade de direitos

as lideranças políticas e as personalidades da alta sociedade, garantindo influência e maior adesão para o movimento feminista. Por isso, é difícil distinguir os posicionamentos de Bertha que refletem crenças sinceras de falas meticulosamente ajustadas à sua estratégia³⁶. Seguindo caminho oposto, Moura possuía uma fidelidade calorosa às suas convicções e, portanto, não estava disposta a esconder os seus posicionamentos em prol de um feminismo estrategicamente conservador.

Além disso, essas duas feministas empreenderam caminhos ideológicos inversos em relação aos direitos políticos da mulher. Enquanto a questão sufragista passou a ser o principal objetivo de Lutz, Moura acreditava que o voto seria uma conquista inútil se não houvesse uma mudança maior nas estruturas de poder e no sistema económico. Moura também considerava como algo elitista a dedicação à conquista do sufrágio, visto que a alfabetização era pré-requisito ao voto e o índice de analfabetismo era alto entre as mulheres, mas era principalmente alto entre as mulheres pobres. Por isso, a professora apoiou a perspectiva de luta de classes e a promoção de mudanças culturais ³⁷.

Assistiu-se, portanto, ao longo da década de 1920, a uma clara divisão entre as feministas conservadoras, que colocavam o sufrágio como principal objetivo de luta, e as que faziam parte de grupos radicais. Assim como Moura, havia muitas outras feministas com orien-

entre mulheres e homens no Brasil. Belo Horizonte: Busilis, 2020, s/p.

36 MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. op. cit. s/p.

37 SEMIRAMIS, Cynthia. op. cit. s/p.

tação política comunista ou anarquista, que defendiam a emancipação da mulher em diferentes esferas da sociedade, objetivavam a instrução da classe operária, assim como desejavam a construção de uma nova sociedade³⁸. Essas feministas consideravam a luta de classes e o combate à pobreza como objetivos mais relevantes, menos-prezavam a luta por direitos políticos, mantendo seus interesse voltados para grandes transformações³⁹.

Assim, os primeiros anos de militância feminista do século XX foram marcados mais por discursos, negociações e associações do que por resultados concretos. No entanto, foram anos de abertura pública para a fala feminina, com muitas entrevistas com as lideranças das organizações e muitos artigos sobre e/ou assinados por elas e publicados pelos periódicos cariocas, que faziam o trabalho gradativo de infiltrar na mentalidade social as linhas do pensamento feminista. Em entrevista ao jornal *A Noite*, em 1920, que também foi publicada pela *Revista Feminina*⁴⁰, Bertha Lutz aproveita para expor a sua linha de atuação conservadora ao reconhecer a importância da mulher nos papéis de esposa e de mãe, mas sem deixar de lado um tom assertivo sobre a reivindicação do voto para as mulheres e sobre a abertura do mundo profissional para o trabalho feminino.

Em julho de 1922, foi realizada a Primeira Conferência Pan-Americana de Mulheres em Baltimore, Estados Uni-

38 DUARTE, Constância Lima. op. cit. s/p.

39 PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 37.

40 A Mulher Brasileira e o Voto, *Revista Feminina*, novembro de 1920, n. 78, p. 12.

dos da América⁴¹. Lutz atuou como delegada oficial do Brasil nesse evento, aproveitando a oportunidade para estabelecer importantes contatos internacionais, dentre eles a norte-americana, veterana em lutas feministas, Carrie Chapman Catt, com quem estreitou laços de amizade⁴².

Logo após seu retorno ao Brasil, Lutz começou a colocar em prática o que se comprometeu a fazer como delegada na Conferência. Transformou o pequeno grupo local, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), filiada a Aliança Internacional pelo Voto Feminino e baseada nos direcionamentos traçados pela Associação Pan-Americana de Mulheres.⁴³

A criação da FBPF incentivou as feministas a organizarem-se e a fortalecerem-se por todo o país através de publicações na imprensa como instrumento de disseminação do feminismo, como era objetivado desde o início. Foi através do uso da comunicação de massa que o fenômeno do feminismo organizado pôde alcançar mulheres de cidades distantes à capital. Conforme afirma Thompson, a ação dos meios de comunicação de massa possibilita que as pessoas experimentem acontecimentos distantes e esta experiência pode, por sua vez, criar ou estimular formas de ação ou resposta da parte dos recetores, incluindo formas de ação coletiva ou organizada⁴⁴. E isso foi observado com a filiação de diversos movimentos feministas, de diferentes estados brasileiros, à FBPF; a voz de Bertha Lutz ganhou eco em todo

41 KARAWAJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. *Revista Estudos Feministas*, 2018, p. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n249845>

42 HAHNER, June E. op. cit. p. 106

43 LÓBO, Yolanda. op. cit. s/p.

44 THOMPSON, John B. op. cit. p. 28.

o Brasil. Os estados de São Paulo e Minas Gerais foram os primeiros a se manifestarem⁴⁵.

Em dezembro de 1922, Lutz promoveu o Primeiro Congresso Internacional Feminista do Brasil, no Rio de Janeiro, o que atraiu fortemente o olhar da imprensa. Foram convidados a discursar nesse Congresso, em favor do sufrágio feminino, pessoas de destaque na política, na sociedade e nas letras, contando com a presença de delegados enviados por governadores de nove estados brasileiros. A convidada de honra do evento foi a amiga sufragista de Lutz, Carrie Chapman Catt, que a orientou sobre como realizar o evento⁴⁶. A norte-americana teve o Rio de Janeiro como a primeira etapa da turnê empreendida pela América do Sul para encorajar a luta das mulheres latino-americanas pelo sufrágio igual⁴⁷.

A *Revista da Semana* noticiou o acontecimento com um breve texto, acompanhado de fotos do evento, dando destaque à senhora Catt, onde lê-se: “À luz da moderna sociologia, a brasileira procura fixar os seus direitos políticos e sociaes. O exemplo da mulher estrangeira, na quase totalidade dos povos, implanta-se agora entre nós [...]”⁴⁸.

Um importante resultado do Congresso foi a fundação da Aliança Brasileira pelo Sufrágio Feminino, no segundo dia de reuniões, na sessão intitulada Direitos da Mulher. Essa organização foi criada com o objetivo de se dedicar exclusivamente à conquista do voto. O senador Justo Chermont, que em dezembro de 1919 levou para o congresso a discussão sobre o sufrágio das mulheres, foi homenageado nessa ses-

45 HAHNER, June E. op. cit. pp. 106-107.

46 MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. op. cit. s/p.

47 HAHNER, June E. op. cit. p. 106.

48 Pela Emancipação da Mulher, *Revista da Semana*, 30 de dezembro de 1922, n. 53, p. 27.

ção⁴⁹. Portanto, o que se pode observar é que esse congresso foi não somente uma força de rutura da barreira patriarcal, como ocasionou abalos secundários com suas consequências.

Anos mais tarde, em 1931, a FBPF mostrou que continuava com força e influência ao realizar o Segundo Congresso Internacional Feminista na capital brasileira. O evento recebeu a presença de representantes de quinze estados brasileiros, assim como da capital⁵⁰. E, mais uma vez, a imprensa fez a sua parte e o evento foi noticiado pelos principais periódicos da cidade. A revista *O Malho* enfatizou o desejo feminista de conquistar o sufrágio e as esperanças de mudanças depositadas no então governo provisório⁵¹, com Getúlio Vargas na presidência. Já a revista *Para Todos* enfatizou a participação de convidados ilustres com muitas fotografias, e valorizou o impacto positivo da abertura do evento ao olhar de todos⁵².

É imperioso abordar também a atividade de Natércia da Silveira como feminista sufragista. Apesar de não haver muitos registros sobre esta ativista, o que é possível afirmar é que ela foi a primeira mulher a conseguir diploma universitário em curso de Direito no estado do Rio Grande do Sul, em 1926. Ao mudar-se para o Rio de Janeiro, aderiu à causa feminista associando-se à FBPF. No entanto, seu envolvimento político-partidário fê-la romper com Lutz, que achava que um posicionamento apartidário era o mais adequado para a causa sufragista ganhar simpatia e apoio, principalmente nos anos de instabilidade política, entre 1929

49 KARAWEJCZYK, Mônica. op. cit. p. 6.

50 HAHNER, June E. op. cit. p. 119.

51 O Feminismo Triunfante. *O Malho*, 11 de julho de 1931, n.1490, p. 12.

52 Segundo Congresso Feminino. *Para Todos*, 27 de junho de 1931, n. 654 p. 21.

e 1932, pelos quais o Brasil passou⁵³.

Após o rompimento com a liderança de Lutz, Silveira fundou a Aliança Nacional de Mulheres (ANM), em 1931. Essa organização se fortaleceu com um perfil ideológico e *modus operandi* diferentes ao da FBPF. Enquanto a organização de Lutz priorizava o sufrágio e a questão da educação feminina, a ANM enfatizava as reivindicações das mulheres trabalhadoras⁵⁴. Além disso, tomaram iniciativas criticadas pela FBPF, como a organização de uma caixa financeira de auxílio mútuo entre as integrantes da Aliança e a assistência jurídica dada pelas diplomadas que faziam parte dessa entidade. Essas iniciativas fizeram com que a ANM crescesse em adesão popular⁵⁵.

A ANM também obteve grande aceitação entre as organizações profissionais do magistério que, consequentemente, ampliou o apoio político da entidade, pois os professores e servidores públicos eram obrigados a votar. Isto aconteceu devido à atitude de Silveira em convidar a veterana professora Leolinda Daltro a participar da entidade, oferecendo-lhe uma posição de destaque e prestígio. Essa atitude foi um reconhecimento da longa caminhada já trilhada pela professora na luta pela educação e direitos políticos femininos, mas também uma provocação à FBPF, que, apesar de também defender uma educação de qualidade para as mulheres, nunca se aproximou nem reconheceu a contribuição de Daltro para a causa feminista⁵⁶.

53 SEMÍRAMIS, Cynthia. op. cit. s/p.

54 ALVES, Branca Moreira. Ideologia e feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980, s/p.

55 SEMÍRAMIS, Cynthia. op. cit. s/p.

56 MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. op. cit. s/p.

A professora Leolinda Daltro (1859-1935), baiana radicada no Rio de Janeiro, além de militante sufragista também foi uma atuante ativista a favor da causa dos povos indígenas. Percorreu o interior do Brasil trabalhando na alfabetização desses povos, mas sem nenhuma conotação religiosa e em total respeito pelas culturas originais. Daltro era completamente contrária à catequização promovida pela Igreja Católica, o que configurava um posicionamento ousado para a sua época, na qual os indígenas, em contato com a sociedade branca, eram catequizados ou executados⁵⁷.

A mais marcante ação dessa feminista foi quando, após seu requerimento de alistamento eleitoral ter sido rejeitado, ela fundou com auxílio da escritora Gilka Machado o Partido Republicano Feminino em 1910. Dentre as suas principais reivindicações estavam presentes questões como o voto feminino, o direito das mulheres a serem inseridas no serviço público e a total emancipação da mulher através de direitos políticos, civis e também através de sua independência financeira⁵⁸. Por isso, ela dedicou-se à escolaridade das mulheres mais pobres, pois, assim, estas estariam mais bem colocadas no mercado de trabalho e a alfabetização permitir-lhes-ia estar mais próximas do direito ao voto.

A sua forma de atuação incluía a ocupação dos espaços públicos, organizando manifestações que atraíssem o olhar da imprensa através de atitudes vigorosas, porém sem violência. Em 1917, Daltro organizou uma passeata barulhenta que contou com a participação de cerca de 90 mulheres marchando na região central do Rio de Janeiro pelo direito ao

57 SEMÍRAMIS, Cynthia. op. cit. s/p.

58 Idem, Ibidem, s/p.

voto, o que atraiu a atenção do senador Justo Chermont para a causa feminista e o impulsionou a elaborar e apresentar ao Senado um projeto de lei em favor do sufrágio igual⁵⁹.

Essa atuação mais impactante e esse embate contra a Igreja adotados por Daltro fizeram com que Lutz, no seu conservadorismo tático, mantivesse a distância da professora. Além disso, outras questões que eram proibidas na FBPF, por serem ainda tabus para a alta sociedade carioca, eram defendidos abertamente por Daltro, sendo um deles o divórcio. As militantes da FBPF permaneciam coagidas pelo temor de afrontar a Igreja, uma adversária política poderosa. As feministas associadas dessa entidade não podiam posicionar-se publicamente a favor do divórcio, tampouco declarar-se contrárias a ele, por conta do risco de frustrar muitas mulheres que aderiam ao feminismo justamente com a expectativa de ver aprovada uma nova legislação sobre o casamento⁶⁰.

Hoje sabemos que, apesar da insatisfação das militantes da FBPF quanto a esse silêncio imposto por Lutz em relação a certos temas, esta foi uma estratégia imprescindível para garantir o apoio fundamental da Igreja na conquista do voto. A líder criou essa medida cautelosa para se afastar do estereótipo de *suffragette* e conquistar bases de apoio dentro de lideranças conservadoras, usando a linguagem patriarcal ao favor do feminismo⁶¹.

5. Conquistando o sufrágio

Apesar dos grandes esforços das feministas sufragistas

59 Idem, *Ibidem*, s/p.

60 MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. op. cit. s/p.

61 Idem, *Ibidem*, s/p.

da capital, o primeiro estado brasileiro a legalizar o voto feminino não foi o Rio de Janeiro. Na região nordeste do país, Juvenal Lamartine, político partidário há muito tempo do sufrágio feminino, comprometeu-se com a causa feminista durante sua campanha eleitoral para presidente do estado do Rio Grande do Norte (cargo equivalente ao de atual governador), prometendo que garantiria os direitos políticos às mulheres de seu estado, caso vencesse as eleições⁶². Lamartine foi eleito e, ao aprovar os direitos políticos para as cidadãs potiguaras, realizou o primeiro passo do país rumo à igualdade jurídica entre os sexos. A lei nº 660 de 25 de outubro de 1927, art.77 das Disposições gerais, declarava: “No Rio Grande do Norte poderão votar e serem votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei”⁶³.

As feministas mais combativas da FBPF, em todos os estados em que estava representada, ocuparam as tribunas para aclamar a iniciativa do governador Lamartine e para exigirem o mesmo em seus estados⁶⁴. As líderes cariocas, incluindo Bertha Lutz, foram até à cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, para apoiar as novas eleitoras e sobrevoaram a cidade lançando panfletos que incentivavam as mulheres potiguaras a reivindicarem seus títulos de eleitoras⁶⁵. Afinal, a brecha no patriarcado institucional havia sido aberta por Lamartine, no entanto cabia às mulheres atravessá-la e ocuparem seus espaços de direito.

62 HAHNER, June E. op. cit. pp. 116-117

63 RODRIGUES, João Batista Cascudo. A mulher brasileira: direitos políticos e civis. 2.ed. Rio de Janeiro: editora Renes, 1982, p.196.

64 DUARTE, Constância Lima. op. cit. s/p.

65 MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. op. cit. s/p

No Rio de Janeiro, a *Revista da Semana* publicou uma pequena nota sobre o passo irreverente do governador do Rio Grande do Norte⁶⁶. A discrição da reportagem não consegue passar para o leitor o peso da importância que continha o acontecimento. Além disso, o autor não reconheceu em seu texto os anos de esforço das feministas em realizarem militâncias no sentido desse êxito e congratulou apenas o poder institucional por essa decisão, como algo concedido e não conquistado. Já o periódico *O Malho* mostrou em uma crônica que o assunto começava a ser tratado com naturalidade por uma grande parcela social⁶⁷. Após a Primeira Guerra Mundial, a conquista do sufrágio feminino ocorreu em tantos países europeus que a defesa deste passou a ser considerado um ato elegante em alguns círculos da elite⁶⁸. Em seu texto, o cronista colocou o voto feminino como mais um passo em direção ao desenvolvimento do país e expressou a sua confiança na competência política das mulheres brasileiras.

No entanto, nem sempre o discurso sobre a conquista do voto feminino foi de caráter indiferente ou elogioso. Na capital, a revista *O Malho* também registou a revolta do Sr. Pires Ferreira, senador pelo estado do Piauí, sobre a aprovação dos direitos políticos das potiguares, numa sessão da Comissão de Poderes do Senado sobre a contagem de votos da eleição senatorial de 05 de abril de 1928. Nessa reportagem, ficou claro o desrespeito por parte dos políticos da capital que, influenciados por esse senador, subtraíram os votos fe-

66 O feminismo. Revista da Semana, 19 de novembro de 1927, n. 48, p. 30.

67 Opiniões alheias: o voto feminino. O Malho, 24 de dezembro de 1927, n. 1319 p. 65

68 HÄHNER, June E. op. cit. p. 96.

mininos⁶⁹.

Essa atitude da Comissão de Poderes do Senado não passou como desculpado pelas integrantes da FBPF, que eram, em maioria, as senhoras insatisfeitas, presentes nas tribunas, que o jornalista menciona. E, antes mesmo dessa notícia ser publicada, as militantes lançaram uma Declaração dos Direitos da Mulher, em maio de 1928, documento no qual o voto feminino era colocado no nível fundamental dos direitos humanos. Além de Bertha e suas colaboradoras da FBPF, assinaram o documento mulheres conhecidas pela alta sociedade carioca, inclusive a Sra. Clotilde de Mello Vianna, esposa do então vice-presidente da República⁷⁰.

Em 1928, mais uma vez o estado do Rio Grande do Norte destacou-se como pioneiro ao ter uma mulher com a ousadia de se candidatar ao cargo de prefeita. A viúva Luiza Alzira Teixeira Soriano (1897-1963), filha mais velha de um influente líder político regional, com apoio de Bertha Lutz e do governador do seu estado, enfrentou ataques misóginos durante a campanha eleitoral, mas resistiu e foi eleita como prefeita do município de Lages em 1929. A sua vitória nas urnas repercutiu-se em diferentes países americanos, sendo notícia em jornais e revistas dos Estados Unidos, da Argentina e do Uruguai⁷¹. Afinal, essa atitude abriu não só uma fissura na barreira patriarcal das instituições e da mentalidade social, como abriu, efetivamente, um espaço feminino em lugar de poder pela primeira vez no país.

O impasse quanto a conceder direitos políticos às mu-

69 Na ressaca do voto feminino. O Malho, 09 de junho de 1928, n.1343, p. 47

70 HAHNER, June E. op. cit. p. 117.

71 DUARTE, Constância Lima. op. cit. s/p.

lheres revelou-se como uma difícil questão da esfera federal, por isso, na capital, as feministas seguiram com suas campanhas sufragistas. No entanto, não foram as passeatas barulhentas ao estilo de Leolinda Daltro, nem os discursos acalorados em palanques realizados por Natércia da Silveira que tiveram maior peso na opinião dos juristas. As filiadas da FBPF conseguiram chamar a atenção de muitos homens que ocupavam os cargos legislativos e mudar suas opiniões a respeito dos direitos das mulheres, alcançando cada uma delas influência política com seus discursos moderados, conservadores e cautelosos. Outra tática utilizada por essas militantes era o envio, com ampla divulgação, de telegramas de elogio e congratulação aos políticos que tomassem posições públicas favoráveis ao sufrágio feminino, assim como mensagens apoiando e celebrando feitos estatais em favor do voto local para as mulheres⁷², causando peso na opinião pública.

Apesar de nenhum projeto de lei a favor dos direitos políticos femininos ter passado da primeira leitura na capital, as líderes da FBPF intensificaram suas campanhas publicitárias e passaram a ter participativa presença nas sessões do Congresso, chegando ao ponto de apresentarem uma petição com assinaturas de duas mil mulheres pelo sufrágio feminino⁷³. Todos esses esforços somados à existência de projetos de lei recentes, ainda que fracassados – como o do senador Chermont em 1919 e dos deputados Nogueira Penido e Bittencourt Filho em 1921 – davam legitimidade ao debate sobre o sufrágio feminino no meio político. Não se tratava mais o assunto como um mero capricho de raparigas

⁷² HAHNER, June E. op. cit. pp. 112-113.

⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 113.

instruídas, mas como uma forte possibilidade que despontava no horizonte político do país.

Entretanto, o cenário federal da política brasileira passou por uma mudança brusca em outubro de 1930, quando o presidente Washington Luís sofreu um golpe de estado de um grupo político liderado por Getúlio Vargas. O golpe, denominado por este grupo como “revolução”, colocou Vargas na presidência, onde permaneceu por quinze anos exercendo uma rígida administração⁷⁴.

Inicialmente, este foi um momento de incertezas para as feministas devido ao caráter autoritário do novo governo. No entanto, alguns membros do novo regime, como Batista Luzardo, chefe de polícia do Distrito Federal era publicamente favorável ao sufrágio feminino⁷⁵. Isso foi o bastante para encorajar Bertha Lutz a realizar o Segundo Congresso Internacional Feminista na capital, uma estratégia para apresentar o feminismo conservador da FBPF ao presidente do governo provisório e fazê-lo tomar um posicionamento a esse respeito.

Além do evento realizado pela FBPF, as feministas da capital, como fazia parte do perfil de atuação, usaram a imprensa para divulgar textos a favor do feminismo com a esperança de influenciar a opinião dos integrantes do novo regime. Maria Eugênia Celso, ilustre escritora integrante da organização de Lutz, viu a sua crônica publicada pela *Revista da Semana*⁷⁶, onde ela fez uma reflexão sobre como se encontrava o feminismo no Brasil, o que faltava conquistar e

74 MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. op. cit. s/p

75 HAHNER, June E. op. cit. p. 119.

76 A victoria do feminismo. Revista da Semana, 27 de junho de 1931, n. 28, p.20

anunciava as boas e conservadoras intenções do Segundo Congresso Internacional Feminista.

Quando o presidente Getúlio Vargas anunciou que pretendia reformular as leis eleitorais do país e promover eleições para o Legislativo, as integrantes da FBPF usaram as suas influências políticas para chegar até ao presidente e propor que o direito de votar fosse estendido às mulheres brasileiras. Assim, em junho de 1931, Vargas recebeu as delegadas do Segundo Congresso Internacional Feminista no Palácio do Catete e manifestou simpatia à causa das mulheres. Segundo o chefe do governo provisório, o país estava preparado para o acolhimento dessas novas ideias, visto que elas não contrariavam as bases tradicionais da família brasileira⁷⁷.

O presidente Vargas convocou uma comissão de juristas para reformar o sistema eleitoral brasileiro. Após debates e divergências nessa comissão, em agosto de 1931, o voto feminino foi aprovado com diversas restrições que, segundo alguns de seus membros, eram indispensáveis à boa ordem da família brasileira⁷⁸. Dessa forma, o código eleitoral provisório autorizava o voto de apenas alguns grupos femininos na sociedade, como esclareceu para suas leitoras a *Revista da Semana* em um texto que lamentava a vitória incompleta do feminismo⁷⁹.

Por isso, atendendo aos anseios das sufragistas, Getúlio Vargas revisou pessoalmente o texto da comissão sobre o caráter do eleitor brasileiro e, com o Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, publicou o primeiro Código Eleitoral

⁷⁷ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. op. cit. s/p

⁷⁸ CABRAL, Karina Melissa. Direitos da mulheres – de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: LTD, 2004, s/p.

⁷⁹ A reforma eleitoral. *Revista da Semana*, 19 de setembro de 1931, n.40 p.25

brasileiro, estabelecendo o voto secreto e acolhendo o voto feminino amplamente, sem condições excepcionais⁸⁰, nas mesmas condições dos homens, excluindo as pessoas analfabetas⁸¹. Assim, as mulheres brasileiras alfabetizadas passaram a poder votar e serem votadas em âmbito federal e o Brasil passava a ser o quarto país das Américas, ao lado do Canadá, Estados Unidos e Equador, a conceder o voto para suas cidadãs.

6. Conclusão

Após este olhar atento para a luta sufragista e seu cenário nas primeiras décadas do século XX, o que se pode constatar é que a conquista do sufrágio feminino em âmbito federal no Brasil teve a importância de amenizar uma situação de inferioridade jurídica das mulheres que ia além dos direitos políticos. As pioneiras sufragistas tiveram que se ocupar primeiramente da desconstrução do antigo pensamento patriarcal baseado na crença de que a mulher não possuía estatuto fora do casamento para então reivindicarem o direito de votar e de serem votadas.

Apesar da existência desse quadro de limitação das mulheres fortalecido e sustentado pelas leis, cultura e educação, as brasileiras tiveram voz e souberam usá-la para traçar uma nova rede de significados que sustentasse um melhor *status* feminino na sociedade. E foi possível compreender também que a imprensa desempenhou papel imprescindível nessa luta árdua para construir um novo imaginário no qual as mulheres pudessem ser reconhecidas como cidadãs.

80 MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. op. cit. s/p
81 DUARTE, Constância Lima. op. cit. s/p.

Portanto, concluo que a importância dos periódicos para a primeira onda feminista, no início do século XX, consiste em ter desempenhado a função de veículo das formas simbólicas que integraram as demandas de um movimento multifacetado e também de ter servido como instrumento de modificação das mentes leitoras, ainda que tenha ocorrido campanhas contrárias às feministas nas páginas desses mesmos periódicos.

Analisando as sufragistas deste recorte também foi possível compreender que a primeira onda feminista não foi um movimento homogêneo, portanto, afirmo ter havido feminismos. Não se trata de mero jogo semântico, mas da constatação, em forma simplificada, de uma polarização do que foi reconhecido como movimento feminista brasileiro ao longo das décadas analisadas. Pois, foi possível identificar, através do estudo das manifestações intelectuais das feministas em questão, grupos conservadores de mulheres que tinham como objetivo essencial realizar modificações na legislação sobre as mulheres e alcançar o sufrágio – que pode ser visto como um objetivo elitista, pois não beneficiaria as mulheres analfabetas – e, dessa forma, abrir espaços femininos dentro do sistema já existente; essa linha do feminismo teve Bertha Lutz como principal líder. Diferentemente, as feministas cuja ideologia se assentava na perspectiva de luta de classes, não objetivavam a entrada das mulheres no sistema sociopolítico pré-estabelecido por mentes patriarcais e dominado por maioria masculina, mas almejavam uma mudança estrutural, a construção de uma sociedade libertária, com combate à pobreza e instrução da classe operária, eram mulheres com pensamentos alinhados às teorias anarquistas

e marxistas; Maria Lacerda de Moura foi o maior expoente.

As conservadoras fizeram uso do seu próprio capital social para ter acesso aos homens de poder que poderiam abrir-lhes os caminhos jurídicos necessários. Já as revolucionárias aliaram-se às massas trabalhadoras para somarem forças na ajuda mútua e no esforço de alcançar suas reivindicações. Entretanto, essas duas linhas de atuação tiveram em comum o uso dos periódicos para a doutrinação das mentes femininas no sentido de emancipação.

O conhecimento da estratégia adotada por Lutz em sua liderança esclarece que o meio mais eficiente de desestruturar pensamentos patriarcais era fazer uso de sua linguagem para subverter sua própria lógica. Esta tática foi a mais eficiente, no entanto o mérito da conquista do sufrágio não deve ser dedicado apenas à FBPF. Apesar de sabermos que foram as delegadas desta organização que tiveram maior acesso de diálogo direto com Getúlio Vargas, não podemos desconsiderar todo o trabalho das outras organizações, como a ANM e o Partido Republicano Feminino, e também de feministas que agiram de maneira individual, como a advogada e escritora Diva Nolf Nazário, na árdua tarefa de modificar os pensamentos patriarcais dos cidadãos de uma república recente, frágil e com âncoras culturais no passado.

7. Bibliografia

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CABRAL, Karina Melissa. **Direitos da mulheres** – de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: LTD, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a república

que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX – Dicionário Ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KARAWCZYK, Mônica. (2018). **O Feminismo em Boa Marcha no Brasil!** Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. Revista Estudos Feministas. Epub September 03, 2018. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n249845>

LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lucia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Bertha Lutz. Série perfis parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

MAUAD, Ana Maria. Flagrantes e instantâneos: fotografia de imprensa e o jeito de ser carioca na Belle Époque. In: LOPES, Antônio Herculano (org.). **Entre Europa e África. A invenção do carioca**. Rio de Janeiro: Topbooks/ FCRB, 2000.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A mulher brasileira: direitos políticos e civis**. 2.ed. Rio de Janeiro: editora Renes, 1982.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989

SEMÍRAMIS, Cynthia. **A reforma sufragista. Origem da igualdade de direitos entre mulheres e homens no Brasil**. Belo Horizonte: Busilis, 2020.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio de Janeiro. In: NOVAIS, F. A. (coord.); SEVCENKO, N. (org.). **História da vida privada no Brasil**. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOIHET, Rachel. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Brandão (org.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

VELLOSO, Monica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: LINS, V.; OLIVEIRA, C.; VELLOSO, M. P. O moderno em revista. Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.